



INFORMATIVO

O TUIUTI



*ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)*

520 anos das Capitânicas Hereditárias. 510 anos da descoberta do Rio da Prata por navegantes portugueses. 490 anos da fundação da Companhia de Jesus. 470 anos do Colégio de São Paulo. 460 anos do desembarque de Estácio de Sá em Salvador. 410 anos da vitória de Jerônimo de Albuquerque na Batalha de Guaxenduba, MA. 400 anos da invasão holandesa, tomada de Salvador e início da Guerra do Açúcar. 370 anos da Batalha da Campina do Taborda e do Tratado do Taborda. 340 anos da revolta de Manuel Beckmann no MA. 310 anos do fim da Guerra dos Mascates em PE. 270 anos do início da Guerra Guaranítica. 250 anos da vitória do Major Rafael Pinto Bandeira no Combate de Santa Bárbara, RS. 200 anos da primeira Constituição do Brasil. 170 anos da 1ª ferrovia brasileira pelo Barão de Mauá. 160 anos do início da Guerra do Paraguai e morte de Antônio João. 150 anos do Combate do Ferrabraz, RS, na Guerra dos Muckers. 120 anos da Revolta da Vacina e da Escola da Praia Vermelha. 110 anos do início da I GM. 100 anos da Revolução Paulista. 80 anos do desembarque aliado na Normandia (06 Jun), da partida do 1º Escalão da FEB para a Itália e da inauguração da Academia Militar das Agulhas Negras. 60 anos da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, SP, da rebelião militar que deu origem à Contra-Revolução Democrática de 31 de março e da eleição do Gen Humberto de Alencar Castello Branco para a Presidência da República. 30 anos da conquista do tetracampeonato de futebol na Copa do Mundo dos EUA pelo Brasil.

ANO 2024

Setembro

Nº 462

Churrasco, Jabá e Sardinhas: a logística do Exército Brasileiro na Guerra da Tríplice Aliança

(Barbecue, Jerked beef, and Sardines: the logistics of Brazilian army in the Triple Alliance War)

Fernando Velôzo Gomes Pedrosa Exército Brasileiro. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. velozopedrosa@yahoo.com.br

Resumo:

A Guerra da Tríplice Aliança trouxe demandas logísticas sem precedentes para o Exército Imperial Brasileiro. Antes dela, a maior força de terra empregada em operações externas havia sido o corpo de exército enviado para a Guerra do Prata (1851-52), composto por pouco mais de 16 mil homens, em operações que se estenderam por cinco meses, com a ocorrência de apenas uma batalha. A Guerra da Tríplice Aliança estendeu-se por mais de cinco anos, ao longo dos quais o Exército Brasileiro teve que prover suprimentos e serviços para um exército de quase 50 mil homens, desdobrado a milhares de quilômetros de distância das principais bases de apoio em território do Império e operando em um teatro de guerra só acessível por via marítima e fluvial. Este

artigo avalia a organização e o desempenho da estrutura logística do Exército Brasileiro durante o conflito, particularmente nas vertentes da indústria militar; suprimentos; transportes; e serviços de saúde.

Osorio dava churrasco. E Polidoro farinha. O Marquês deu-nos jabá. E sua alteza, sardinha.(1)

INTRODUÇÃO

A Guerra da Tríplice Aliança apresentou demandas logísticas sem precedentes para o Exército Imperial Brasileiro. Antes dela, a maior força empregada em operações externas pelo Exército Brasileiro havia sido o corpo de exército enviado para intervir na guerra civil uruguaia em 1851, sob o comando do Conde de Caxias, no que ficou conhecido como Guerra do Prata ou Guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852).

O corpo de exército de Caxias era constituído por quatro divisões e 23 bocas-de-fogo, reunindo um efetivo de pouco mais de 16 mil homens. Sua principal coluna era acompanhada por um comboio de mais de uma centena de carros diversos, transportando munições, víveres e outros suprimentos e equipamentos, além de mais de 50 carretas de vivandeiros(as) que seguiam o exército em movimento (Alencastro, 1864). Todas as operações em que o corpo de exército brasileiro esteve empenhado entre setembro de 1851 e fevereiro de 1852 desenvolveram-se em território uruguaio, quase uma continuação geográfica da província do Rio Grande do Sul, assim como em território argentino nas proximidades de Buenos Aires, região de fácil acesso pelo Rio da Prata.

As operações em território uruguaio contra o caudilho Manuel Oribe estenderam-se por pouco mais de um mês – 4 de setembro a 11 de outubro de 1851, quando Oribe se rendeu – e não resultaram em qualquer batalha ou combate importante. As operações contra o governador de Buenos Aires, Juan Manuel de Rosas, envolveram apenas uma divisão do Exército Brasileiro, com efetivo de 4.022 homens, e foram brevíssimas. Iniciaram-se em 17 de dezembro de 1851, com o embarque dessa divisão em navios da Esquadra Brasileira com destino a território argentino, sendo encerradas no dia 1º de março de 1852, com seu retorno ao Uruguai, após uma única batalha travada em (Monte) Caseros, nas cercanias de Buenos Aires, em 3 de fevereiro de 1852 (Títara, 1852).

Muito diferente foi a Guerra da Tríplice Aliança, que se estendeu por mais de cinco anos, ao longo dos quais o Exército Brasileiro teve que prover suprimentos e serviços para um exército que chegou a ter quase 50 mil homens, desdobrado a milhares de quilômetros de distância das principais bases de apoio em território do Império e operando em terreno só acessível por via marítima e fluvial. O desafio representado por um conflito de grande magnitude no interior do continente exigiu não apenas um enorme esforço de mobilização de pessoal, a fim de preencher as fileiras de um exército com enormes efetivos, mas também o atendimento às necessidades logísticas desse exército.

O propósito deste artigo é avaliar a organização e o desempenho da estrutura logística do Exército Brasileiro durante a Guerra da Tríplice Aliança, sobretudo nas vertentes da indústria militar; do fornecimento de armas, munições, equipamentos, uniformes, víveres e forragens; do transporte de pessoal, armamentos e suprimentos, partindo do território do Império com destino ao teatro de guerra; do transporte nas áreas de operações; e do serviço de saúde.

REFORMAS DA ADMINISTRAÇÃO MILITAR NA DÉCADA DE 1850

O exército que fez a guerra contra o Paraguai estava profundamente marcado por uma série de reformas que haviam sido implantadas na década de 1850, dando-lhe maior racionalidade administrativa e formando um quadro de oficiais marcadamente profissional, em contraste com as forças militares dos demais países da Bacia do Prata.(2)

As reformas militares da década de 1850 foram uma consequência da estabilidade política desfrutada pelo Império após o fim da Revolução Farroupilha em 1845 e a supressão da Revolução Praieira que agitou a província de Pernambuco entre 1848 e 1850.(3)

Essa estabilidade política permitiu a continuidade das administrações do Ministério da Guerra por períodos prolongados, em contraste com governos anteriores, nos quais os ministros da guerra sucediam-se a cada poucos meses, ao sabor das flutuações da política.

No período de 1848 a 1857, o Ministério da Guerra teve apenas três ministros: Manuel Felizardo de Sousa e Mello, entre 1848 e 1853, Pedro de Alcântara Bellegarde, de 1853 a 1855, e o Marquês de Caxias, entre 1855 e 1857. Uma das mais contundentes ações da administração de Manuel Felizardo foi a aprovação de uma lei de acesso e promoção de oficiais, promulgada em setembro de 1850.

Seu propósito era estabelecer critérios claros, assim como limites, para o acesso aos postos de Oficial do Exército e para as sucessivas promoções ao longo da carreira, impedindo as preterições e o compadrio, que permitiam a oficiais “bem relacionados” chegar a altos postos de comando com pouca idade. A partir da nova lei de setembro de 1850, as promoções seriam graduais e sucessivas, começando obrigatoriamente pelo posto de alferes (ou 2º tenente) (4).

A nova lei também estabelecia a idade mínima de 18 anos para a obtenção de uma patente de oficial e tempos mínimos de serviço em cada posto, antes que o oficial pudesse ser promovido ao posto subsequente. A partir de sua publicação, ficava estabelecido que todos os oficiais da arma de artilharia e dos corpos de engenheiros e de Estado-Maior de 1ª classe deveriam ter o curso da Escola Militar. Mesmo para os oficiais das armas de infantaria e cavalaria, aos quais não era exigida formação acadêmica, foi dada preferência para promoção àqueles que tivessem o curso da Escola Militar.

O regime de externato, vigente na Escola Militar até o início da década de 1850, e o foco do seu ensino em ciências matemáticas e físicas estavam muito longe de instilar um sentido militar profissional nos alunos.

As instalações da escola eram acanhadas e não permitiam a oferta de alojamentos aos alunos. Em consequência, as vagas eram limitadas, e os alunos que não tivessem residência na Corte tinham que se hospedar em pensões e repúblicas estudantis nas proximidades da escola, instalada no Largo de São Francisco de Paula, na zona central do Rio de Janeiro. Como observou Manuel Felizardo, “a nossa Escola tem todos os elementos para fazer sabios; poucos, porém, para formar Officiaes” (Brasil, 1851, p. 9).

Outra carência do ensino militar à época era o seu alcance limitado – a Escola Militar estava instalada na Corte do Rio de Janeiro, muito longe das províncias do Sul e do Norte, onde estavam aquarteladas muitas unidades, cujos oficiais, cadetes e praça viam no curso daquele estabelecimento de ensino a melhor opção para uma carreira no oficialato.

Estava claro para o Ministro da Guerra que, se a lei reconhecia a necessidade de educação militar, cabia ao governo facilitar a educação dos militares. A solução para o primeiro problema foi a subdivisão do curso da Escola Militar em dois estabelecimentos, ambos localizados na Corte.

A Escola Militar (depois Escola Central) continuou a funcionar no Largo de São Francisco, com seu foco nas ciências físicas e matemáticas; e a instrução prática passou a ser ministrada numa nova Escola de Aplicação (depois Escola Militar e de Aplicação) instalada na velha fortaleza da Praia Vermelha.(5)

O segundo problema foi solucionado com a instalação de um Curso de Infantaria e Cavalaria no Rio Grande do Sul em 1853.(6) O novo curso evitaria as despesas com o transporte dos alunos militares para a Corte e facilitaria sua reunião às suas unidades em caso de emergência. Também coube à administração de Manuel Felizardo a criação de um órgão de controle da administração material do exército. Por ocasião da concentração das forças do Exército Imperial no Rio Grande do Sul em 1851, o Ministério da Guerra já se havia dado conta da **desorganização da administração militar**. Quando o Conde de Caxias chegou ao Sul do país para assumir o comando das forças imperiais, não pôde encontrar os armamentos, munições e equipamentos necessários para prover o Exército do Sul, prejudicando o início da campanha (Brasil, 1852). A solução para o problema da racionalidade da administração material do exército foi a criação da Repartição de Quartel-Mestre General em 1853. Cabia ao novo órgão manter a escrituração, o controle e a fiscalização dos armamentos, equipamentos e suprimentos distribuídos às unidades em tempo de paz e de guerra, bem como de todos os aquartelamentos, fortificações, arsenais, hospitais e demais estabelecimentos militares (7).

A criação da Repartição do Quartel-Mestre General foi complementada pela criação de um órgão correspondente para o controle da administração do pessoal do exército em janeiro de 1857, durante a gestão do Marquês de Caxias na pasta da Guerra. A Repartição do Ajudante-General do Exército ficou encarregada de assuntos como disciplina, promoções, serviço de saúde, recrutamento, almanaque dos oficiais, estatísticas de pessoal etc. Além disso, cabia-lhe fiscalizar o movimento, disciplina, abastecimento e administração de todos os corpos do exército. Seu titular, o Ajudante-General do Exército, passava a ser a primeira autoridade militar do Exército, e, como tal, o imediato executor, promotor e fiscal da execução das ordens do Ministro da Guerra, no que se referia à organização, disciplina e administração do Exército (8).

Em novembro seguinte, Caxias determinou a criação de repartições de Quartel-Mestre-General e de Ajudante-General nos corpos de exército que fossem organizados como forças de observação ou de operações (9).

Essas repartições seriam chefiadas por um deputado (representante) do Ajudante-General do Exército e um deputado do Quartel-Mestre General do Exército, ambos com posto de oficial general ou superior. As repartições do ajudante-general e do quartel-mestre general nos corpos de exército seriam entendidas como “filiais” das repartições correspondentes junto ao Ministério da Guerra. Replicando a precedência da Repartição do Ajudante-General do Exército, seu deputado exerceria a função de chefe de Estado-Maior do corpo de exército. Por fim, no comando de cada divisão e de cada brigada integrante dos corpos de exército, haveria um assistente do deputado do ajudante-general e um assistente do deputado do quartel-mestre-general. Estes assistentes poderiam ser oficiais superiores ou capitães. Merece atenção o fato de que o exército dava preferência aos oficiais dos corpos de Engenheiros e de Estado-Maior de 1ª Classe para ocupar as funções relacionadas à logística e à alta direção das forças em operações. Tal preferência levava em conta que os oficiais desses corpos especiais se haviam graduado nos cursos de maior duração da Escola Militar e os mais rigorosos em termos de estudos científicos, sendo considerado os oficiais mais qualificados do exército (10).

Como exemplo dessa preferência, verifica-se que, quando a Repartição do Quartel-Mestre General foi criada, ficou estabelecido que os chefes das suas três seções deveriam ser preferentemente oficiais engenheiros ou de Estado-Maior de 1ª classe. Da mesma forma, quando o Marquês de Caxias assumiu o comando das forças brasileiras no Paraguai, nomeou três oficiais engenheiros para seu Estado-Maior, dois dos quais seriam seus secretários (Exercito em Operações, 1877b).

O conjunto dessas reformas da década de 1850 fez do Exército Imperial uma força militar institucionalizada, sob a liderança de um corpo de oficiais profissionais e com adequada formação acadêmica. Embora durante a Guerra da Tríplice Aliança o exército tivesse que contar com o concurso de muitos oficiais improvisados nos inúmeros corpos da Guarda Nacional e de Voluntários da

Pátria que engrossaram seus efetivos, sua estrutura de comando foi sempre composta por oficiais profissionais e majoritariamente formados numa escola militar (11).

INDÚSTRIA MILITAR

A principal peça do mecanismo de apoio logístico do Exército Brasileiro durante o Império foi o Arsenal de Guerra da Corte (AGC). Em janeiro de 1867, o Arsenal de Guerra da Corte contava com 662 operários e estava organizado em 13 oficinas: alfaiates; construção de reparos e carros; correeiros; ferreiros; funileiros; latoeiros; construção de máquinas; instrumentos matemáticos; obra branca (carpintaria fina); pintores; serralheiros; torneiros; e tanoeiros (Brasil, 1867) (12).

Também contava com duas companhias de operários militares, que reuniam um efetivo de 306 homens (Brasil, 1867).(13) O Arsenal da Corte também controlava duas dependências externas: a Fábrica de Armas da Fortaleza da Conceição e o Laboratório Pirotécnico do Campinho. O AGC não funcionava apenas como uma instalação industrial, mas era encarregado da aquisição e fornecimentos de todos os itens militares do exército – armamento, munições, carretas, uniformes, calçados, mochilas, correame, barracas, arreios, ferramentas etc. Em suas instalações, funcionava uma comissão de compras, encarregada de avaliar as propostas apresentadas pelas empresas interessadas e celebrar contratos para o fornecimento de produtos acabados, matérias primas e máquinas. Os jornais cariocas publicavam frequentemente notas sobre a apresentação de propostas para o fornecimento de diversos materiais de uso militar (14).

A Fábrica de Armas da Fortaleza da Conceição estava localizada na região central da cidade do Rio de Janeiro. Fora criada em 1811 como uma fábrica de canos de espingarda, (15) mas havia sido desativada em 1831 devido à sua baixa produtividade.(16) Em setembro de 1844, dada a alta demanda por armamentos provocada pela Guerra do Farrapos, a Fábrica da Conceição foi reativada, mas agora como uma dependência externa do Arsenal de Guerra e com a função de oficina de reparação de armas (Brasil, 1845).

O Laboratório Pirotécnico do Campinho havia sido criado em 1851 no Forte do Campinho, localizado na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, como uma oficina de foguetes destinada a produzir foguetes de guerra e cápsulas fulminantes para as novas armas de percussão, mas passou a produzir cartuchos para armas portáteis, espoletas de artilharia e artifícios pirotécnicos diversos. De janeiro de 1862 a 31 de março de 1867, o Laboratório do Campinho produziu mais de 35 milhões de cartuchos de armas portáteis diversas; mais de 19 milhões de cápsulas fulminantes; 4.416 foguetes de guerra de diversos modelos e calibres; 112.401 espoletas de artilharia de diversos tipos; 260.500 espoletas de fricção para o disparo de canhões; diversos outros tipos de artifícios pirotécnicos; e 29 estativas (17) para foguetes (Brasil, 1867) (18).

Toda a pólvora consumida pelo Exército Brasileiro durante a Guerra da Tríplice Aliança foi produzida na Fábrica de Pólvora da Estrela. A unidade fabril havia sido estabelecida em 1831 na Raiz da Serra dos Órgãos, na província do Rio de Janeiro, em substituição à Fábrica de Pólvora da Lagoa Rodrigo de Freitas, cuja capacidade produtiva havia chegado ao seu limite. A Fábrica da Estrela produzia pólvora para armas portáteis, pólvoras de três tipos para artilharia e pólvora para artifícios pirotécnicos e cargas explosivas de granadas.(19)

Como uma amostra da sua capacidade, no ano de 1866, a Fábrica da Estrela produziu 11.435 arrobas (168 toneladas) de pólvoras de diversos tipos (Brasil, 1867). Além do AGC, o exército contava com cinco arsenais provinciais instalados no Pará, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul e Mato Grosso. Os arsenais provinciais eram bem mais modestos do que o da Corte, mas alguns deles exerciam importante papel na provisão de armamentos, munições, carros, equipamentos e uniformes para as tropas de suas províncias e vizinhas. Em 1871, pouco tempo depois do fim da guerra contra o Paraguai, o arsenal da cidade da Bahia estava organizado com nove oficinas e um laboratório pirotécnico para a produção de munições de armas leves, espoletas e outros artifícios pirotécnicos. Na mesma ocasião, o arsenal do Recife possuía 14 oficinas e um pequeno laboratório pirotécnico.

O de Porto Alegre era o segundo em importância no Império, dada a posição estratégica da província, e ganhou relevância ainda maior desde 1835, em decorrência da Revolução Farroupilha. Em 1871, estava organizado com seis oficinas e um laboratório pirotécnico, que deu significativa contribuição ao esforço de guerra, com a produção de munições para armas leves e artifícios pirotécnicos (Brasil, 1872). Só entre setembro de 1865 e janeiro de 1866, o Laboratório Pirotécnico do Menino Deus, em Porto Alegre, produziu mais de 380 mil cartuchos para armas Minié (Brasil, 1866).(20) Em 1867, sua produção atingiu 1.700.000 cartuchos Minié e 7.700 espoletas de artilharia (Brasil, 1868) (21).

Os arsenais do Pará e Mato Grosso eram os mais problemáticos do Império. Dadas as distâncias dos principais centros políticos e econômicos do país, era muito difícil contratar operários especializados nessas províncias. A dificuldade de acesso à província de Mato Grosso tornava ainda mais difícil a operação do arsenal local. Ambos estavam organizados com cinco oficinas, e o de Cuiabá também possuía um laboratório pirotécnico (Castro, 2017). A indústria bélica brasileira também foi capaz de fundir cópias locais dos novos canhões raiados do modelo francês que ficou conhecido no Brasil como o sistema La Hitte. Em 1860, o Ministério da Guerra adquirira, para experiências, 12 canhões raiados de calibre 4 do sistema La Hitte, de fabricação espanhola. Aprovados os canhões La Hitte pela Comissão de Melhoramentos do Material, o Exército adquiriu algumas baterias de fabricação francesa – 12 peças de calibre 4 e seis peças de calibre 12 (Luz, 1866).

Mas a decisão do Ministério da Guerra foi concentrar o esforço na produção desses canhões de bronze no Brasil, determinando a fundição de 36 peças de campanha de calibre 4 em 1862. Também em 1862, o exército decidiu raiar alguns antigos canhões de bronze de alma lisa, criando o canhão La Hitte calibre 6, um calibre exclusivamente brasileiro (Carvalho, 1866).(22)

Em 1865, o Brasil adquiriu duas peças francesas de canhão La Hitte calibre 4 de montanha e, a partir delas, passou a produzir localmente esse tipo de peça da artilharia ligeira, tão útil em terrenos acidentados e sem caminhos, como foi o caso nas fases finais da Guerra da Tríplice Aliança. Ao longo da Guerra, pelo menos 42 peças La Hitte de montanha foram fabricadas no Rio de Janeiro (Brasil, 1870) (23).

No começo da Guerra, o AGC não era capaz de executar a fundição de canhões. Esse trabalho era encomendado ao Arsenal de Marinha da Corte, cabendo ao Arsenal de Guerra o acabamento e o raiamento das bocas de fogo (Castro, 2017). No final de 1867, foi criada uma oficina de fundição no AGC, equipada com dois fornos, capazes de fundir oito mil libras de bronze (3.670 kg) de uma só vez (Brasil, 1868). Essa nova oficina permitiu que o Arsenal passasse a fabricar integralmente peças raiadas do sistema La Hitte e morteiros de bronze.

Deve ser registrado que, em função da qualidade do bronze usado no Brasil, os canhões La Hitte fundidos no Rio de Janeiro tinham um raiamento diferente dos modelos franceses e espanhóis. A baixa qualidade do bronze usado para fundir os canhões La Hitte no Brasil resultava em que as raias do tubo sofressem muito desgaste pela fricção com os travadouros das granadas. Para sanar esse problema, o AGC determinou que as raias dos canhões fundidos no Brasil deveriam ser mais profundas que as dos canhões franceses; da mesma forma, os travadouros das granadas de raiamento brasileiro eram mais protuberantes que os das granadas originais, e não calçavam nos canhões de raiamento francês (Orleans, 1872). Por essa razão, o Exército Brasileiro teve que lidar com dois tipos de munição para cada calibre La Hitte: uma para os canhões de raiamento brasileiro e outra para os canhões de raiamento francês. Essa diferença representou um problema logístico adicional às já complexas condições da guerra em curso, no que tange à proporcionalidade da produção de granadas de diferentes calibres e raiamentos e à sua correta distribuição às baterias em campanha.

Tendo em vista que a França adotava o sistema métrico decimal, o calibre dos canhões franceses era definido pelo peso em quilogramas da bala sólida que lhe correspondia – o calibre 4 correspondia a uma bala sólida de 4 quilogramas (kg); o calibre 12, a uma bala sólida de 12 kg; e o calibre 6 brasileiro, a uma bala sólida de 6 kg. O calibre 4 francês correspondia a 84 mm; o calibre 12, a 121 mm; e o calibre 6 brasileiro, a 95 mm.

Uma parte significativa da munição de artilharia usada pelo Exército Brasileiro foi produzida pelos arsenais de guerra e de Marinha da Corte. O relatório do AGC de 1868 informa que, no ano anterior, a oficina de fundição produzira cerca de 60 mil granadas de diferentes calibres para as modernas peças Whitworth e La Hitte, além de alguns projéteis esféricos para artilharia antiga de alma lisa e de uma grande quantidade de balins para lanternetas. Antes que o AGC começasse a produzir munições de artilharia em 1867, o Arsenal de Marinha produziu milhares de granadas para uso do exército.

Mas, além da produção dos arsenais de guerra e de Marinha, também houve necessidade de adquirir granadas, espoletas de artilharia e seus componentes de empresas privadas. Os mapas anexos ao relatório do Ministério da Guerra de 1868 registram contratos com casas comerciais para fornecimento de grandes quantidades das munições de artilharia ao AGC (Brasil, 1868). Como exemplo, entre janeiro de 1867 e março de 1868, o AGC contratou o fornecimento de 20.800 granadas para canhões Whitworth de 32 e 12 lb e 18.200 granadas para canhões La Hitte de calibres 12, 6 e 4, além de uma infinidade de itens para a produção local de munições de artilharia – balins para lanterneta, caixas para metralha, componentes de espoletas diversas, tecido para a confecção de sacos de pólvora para artilharia etc.

Nesse período, todo o fornecimento de granadas Whitworth e das granadas La Hitte de calibre 12 foram contratados com a fundição Viúva Hargreaves & Cia.; o fornecimento do restante das granadas La Hitte foi arrematado pela fundição de Manoel Joaquim Moreira. Ambas as empresas estavam instaladas no Rio Janeiro. A participação dos arsenais militares e da indústria privada brasileira não se limitou à construção de canhões e à produção de munições.

Todos os tipos de itens militares, dos uniformes e equipamentos aos reparos de artilharia, arreios e carros diversos foram produzidos pelo AGC ou contratados junto às empresas particulares. Também coube ao AGC a aquisição de itens importados, como as modernas clavinhas de repetição Spencer e suas munições, adquiridas dos Estados Unidos, por intermédio de empresas de importação (Brasil, 1868).

DESDOBRAMENTO LOGÍSTICO EM CAMPANHA

Durante a Guerra, as principais estações de apoio do Exército Brasileiro na Bacia do Prata foram desdobradas em Buenos Aires, Montevideú, Corrientes, Ilha do Cerrito, Passo da Pátria e Tuiuti. Nesses locais, foram instalados hospitais militares, enfermarias, depósitos de material bélico, oficina de manutenção de armamento e laboratório pirotécnico. A partir do avanço dos exércitos aliados para montante de Humaitá e para a região da Cordilheira, algumas instalações de apoio foram transferidas para Humaitá e Assunção.

A base de apoio do exército em Montevideú incluía dois hospitais militares, um depósito de material bélico e um depósito de convalescentes. A estação brasileira da Ilha do Cerrito, localizada na confluência dos rios Paraná e Paraguai, incluía um arsenal avançado da Marinha e um hospital provisório do Exército. Na localidade de Corrientes, o Exército mantinha quatro hospitais, um

depósito de material bélico, uma oficina de manutenção de armamento e um pequeno laboratório pirotécnico, onde eram produzidas lanternetas (24) para canhões La Hitte dos três calibres em uso no Exército Brasileiro e diversos artifícios pirotécnicos (Carvalho, 1866).

Cabia aos depósitos de material bélico receber e armazenar as armas, munições e equipamentos militares enviados pelo AGC, e distribuí-los às unidades, conforme suas necessidades. O arsenal avançado da Marinha instalado na Ilha do Cerrito era capaz de prover alguns serviços de reparação nas peças de artilharia do exército (25).

SUPRIMENTOS DE ARMAMENTO, MUNIÇÕES, EQUIPAMENTOS E UNIFORMES

No que se refere aos suprimentos de itens militares, o apoio logístico ao Exército Imperial durante a Guerra foi, em geral, bastante adequado, levando-se em conta os padrões vigentes à época e a enorme distância entre as principais fontes brasileiras de suprimentos militares, localizadas na Corte do Rio de Janeiro, e as forças em operações em território paraguaio. Nos primeiros meses da guerra, após a invasão paraguaia do Rio Grande do Sul, houve dificuldades de fornecimentos de uniformes e equipamentos, em função da rápida expansão dos efetivos do exército. Durante o cerco de Uruguaiana, as tropas do 2º Corpo de Exército, do Barão de Porto Alegre, ficaram sem pagamento e, em algumas unidades, a tropa estava descalça e com os uniformes em farrapos.

Mas essa situação foi resolvida à medida que a Repartição do Quartel-Mestre General e o Arsenal de Guerra da Corte se ajustaram às novas demandas. O grosso dos suprimentos de armamentos, munições, uniformes e equipamentos era enviado pelo AGC. E as quantidades foram gigantescas ao longo dos mais de cinco anos de guerra. Para que se faça uma ideia do esforço logístico do Exército Brasileiro durante o conflito, transcrevo abaixo os montantes dos principais itens enviados pelo AGC para as forças em operações no Uruguai, Rio Grande do Sul e Paraguai entre 1865 e 1870 (Brasil, 1870) (26):

- Canhões raiados do sistema La Hitte: 54 peças de campanha calibre 4; 42 peças de montanha calibre 4; 18 peças calibre 6; e 36 peças calibre 12;
- Canhões do sistema Whitworth: 25 peças de 32 lb, três peças de 12 lb e quatro de 2 lb;
- Armamento leve: 24.069 espingardas Minié; 31.384 carabinas Minié; 582 mosque tões Minié; 1.459 clavinhas Minié; 2.702 clavinhas de repetição Spencer; 5.857 pistolas; e 1.250 revólveres;
- Munição de armas leves (números arredondados): 59.500.000 cartuchos para armas leves do sistema Minié, com as correspondentes cápsulas fulminantes; 3.800.000 cartuchos metálicos para as carabinas Spencer;
- Projéteis de artilharia do sistema La Hitte: 142 mil granadas comuns, 11.700 grana das Shrapnel e 40 mil lanternetas; pedaçoado pela explosão da carga de projeção e lançava um jato de projéteis contra o alvo.
- Projéteis de artilharia Whitworth de 12 lb e 32 lb: 264 mil granadas comuns; mil balas sólidas; 4.700 lanternetas.
- Uniformes: 253.017 bonés; 330.081 blusas; 529.651 camisas; 624.155 calças; 118.012 capotes; e 433.693 calçados;
- Equipamentos: 103.881 barracas; 69.483 equipamentos individuais completos; 87.966 correames completos para infantaria; 6.405 correames completos para cavalaria; 58.368 mochilas; 70.191 marmitas de folha metálica; 46.434 cantis e 138.016 mantas de lã.

Vale a pena fazer aqui uma breve digressão sobre um problema logístico decorrente do descuido nas aquisições de armamento no exterior. Desde 1855, o Exército Brasileiro adotara as armas portáteis raiadas do sistema Minié. (27)

As primeiras aquisições dessas armas foram feitas na Bélgica, todas no calibre 14,8 mm. (28) Mas, em 1858, o Brasil adquiriu um grande lote na Inglaterra, da Fábrica de Armas Leves Enfield. O modelo Enfield tinha algumas pequenas diferenças irrelevantes em relação aos modelos belgas, mas seu calibre era 14,66 mm, ligeiramente menor que o belga. Essa pequena diferença de calibres teve um gigantesco impacto logístico. Embora a diferença fosse de apenas 0,14 mm (quatorze centésimos de milímetro), as balas de calibre belga não entravam no cano das espingardas inglesas. Por essa razão e para evitar o risco de equívocos na distribuição de munição, o Exército Brasileiro decidiu distribuir unicamente a munição de calibre mais reduzido para todas as unidades. Isso resultava em grande perda de alcance e precisão das armas belgas, que eram de calibre mais grosso e representavam a maior parte do armamento da infantaria brasileira.

Ao longo da Guerra da Tríplice Aliança, as armas inglesas recolhidas para reparos nos arsenais do Rio de Janeiro tiveram seus canos alargados para o calibre 14,8 mm, o que foi ampliando ainda mais o número de armas disparando balas com calibre inadequado (Castro, [s.d.]).

Uma consequência da volumosa demanda por uniformes foi a necessidade de facilitar a produção massiva de suas peças. Embora o AGC tivesse uma oficina de alfaiataria, a costura dos uniformes não era feita pelo próprio Arsenal. Os tecidos, botões, linhas e outros itens de aviamento eram adquiridos pelo arsenal mediante processos de compras públicas, e a oficina de alfaiataria cortava os tecidos, segundo moldes dos diversos modelos e tamanhos. Mas o serviço de costura era entregue a milhares de costureiras residentes na Corte ou nas suas imediações, que eram pagas por peça costurada. O exército via essa distribuição de trabalho como uma forma de ação social, que oferecia um dos poucos empregos aceitáveis para mulheres humildes no século XIX.

Durante o conflito, o Ministro da Guerra chegou a determinar que a prioridade na distribuição das costuras fosse dada às viúvas e órfãs dos militares falecidos em campanha e às famílias dos que estavam em serviço no teatro de guerra no Paraguai. Esse sistema de distribuição de serviços de costura fazia com que o AGC fosse provavelmente o maior empregador da cidade do Rio de Janeiro no período. Mas o fato é que a maioria dessas mulheres não eram artesãs qualificadas, o que resultava em atrasos na entre-

ga dos trabalhos contratados e em rejeição de grande número de peças mal costuradas (Castro, 2017). Com o propósito de facilitar o serviço de costura, agilizar a produção e diminuir o nível de rejeição de peças mal costuradas, o Ministério da Guerra publicou, no início de 1866, um decreto que simplificava o plano de uniformes de 1852. O novo plano eliminou a farda (jaqueta curta tipo fraque) do grande uniforme, substituindo-a pela sobrecasaca do pequeno uniforme. No grande uniforme, a sobrecasaca seria usada com dragonas, no lugar das divisas ou platinas do pequeno uniforme (29).

Mas a suspensão da distribuição de barretinas aos corpos do exército antes da Campanha do Uruguai de 1864 suprimiu, na prática, o grande uniforme.

APOIO DE TRANSPORTE

Para o transporte de tropas e suprimentos com destino ao teatro de guerra, o Exército contou com o apoio da Marinha, mas também precisou fretar dezenas de navios particulares. Entre o início da guerra e março de 1868, o Ministério da Guerra fretou 50 navios de transporte, pertencentes a companhias de navegação brasileiras e algumas estrangeiras. No ano financeiro de 1865-66, o de maior esforço de transporte de carga e pessoal, o Exército Brasileiro teve sob frete 36 embarcações particulares (Brasil, 1868) (30).

Diversos desses navios particulares participaram da operação de transposição do Rio Paraná em meados de abril de 1866, transportando tropas aliadas para o território paraguaio, com seus canhões, carros, equipamentos e animais (Fragoso, 2010, p. 354-355, 445). Uma das maiores carências do Exército Imperial em termos de apoio logístico no próprio teatro de guerra foi a inexistência de unidades de transporte, capazes de prover as forças em operações com munições, alimentos e equipamentos.

No início da Guerra, os comandantes dos dois corpos de exército – General Osorio e Barão de Porto Alegre – criaram um esquadrão e uma companhia de transporte, respectivamente, para desempenharem essa função logística nos seus corpos. Essas pequenas unidades de transporte foram constituídas com pessoal retirado dos corpos de cavalaria (Exército em Operações, [s.d.], p. 224-225; Exército em Operações, 1877c, p. 35-36).

Quando o Marquês de Caxias assumiu o comando de todas as forças brasileiras no Paraguai em novembro de 1866, transformou um dos corpos provisórios de cavalaria da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul em corpo de transporte, subordinado diretamente ao Comandante-em-Chefe. Mas a falta de conhecimento e experiência com a nova atividade e a cultura gaúcha de pouco cuidado com a cavalaria trouxeram para esses órgãos logísticos os mesmos problemas existentes na cavalaria – grande perda de animais e permanente necessidade de adquirir novas montarias e bestas de carga (Orleans, 1872).

SUPRIMENTO DE VÍVERES E FORRAGENS

Diferentemente dos itens militares, que eram enviados pelo Arsenal de Guerra da Corte, o suprimento de víveres dependeu exclusivamente de fornecedores civis contratados pelas autoridades militares nas proximidades do teatro de guerra. Essa situação tornava-se mais complexa pelo fato de que o Exército carecia de um órgão capaz de gerir as aquisições de mantimentos, animais de montaria e de carga e forragens para os animais. Sabe-se que o corpo de exército enviado para intervir nas guerras civis do Uruguai e da Argentina em 1851 tivera em sua organização um comissariado com essas funções. Não há muitas informações sobre esse órgão, exceto que a divisão expedicionária enviada por Caxias para operar em território argentino com o exército do General Urquiza, contava com cinco empregados do comissariado e 31 empregados do fornecimento de carne (Alencastro, 1864, p. 22) (31).

Essa experiência levou a que o decreto de 1857 que criou repartições dos deputados do Ajudante General e do Quartel-Mestre General nos corpos de exército (32) enviados em operações previsse a existência de um comissariado nesses corpos de exército. Mas o fato é que, quando adveio a guerra contra o Paraguai, esse órgão não chegou a ser criado inicialmente. Nos primeiros meses da guerra, a situação foi bastante caótica, em decorrência da falta de um órgão que centralizasse os contratos com os fornecedores civis. Diversas autoridades contrataram fornecedores de víveres para os diferentes corpos e divisões que eram reunidos às pressas no Rio Grande do Sul, a fim de repelir a invasão paraguaia. Celebraram contratos:

- o Ministro da Guerra, que se encontrava na província;
- o General Barão de Porto Alegre, comandante do corpo de exército que se reunia no Rio Grande do Sul;
- o Presidente da província; e
- até alguns comandantes de divisões provisórias (Orleans, 1872, p. 23).

Essa situação tornou-se menos confusa com a concentração dos dois corpos de exército ao Norte da província argentina de Corrientes e no Oeste do Rio Grande do Sul. Durante o comando do General Osorio, o fornecimento de provisões ao 1º Corpo de Exército (1º CEx) ficou a cargo das firmas argentinas Cabal (de Santa Fé) e Benitz, que atenderam satisfatoriamente às demandas do Exército Brasileiro (Burton, 1997, p. 332). Mas, nesse período, não foi adotada a prática do forrageamento dos animais, pois Osorio era adepto da ideia de alimentar a cavalaria exclusivamente com a pastagem encontrada nos campos. Operando com forças de pequenos efetivos, essa prática era razoavelmente funcional. Mas, a reunião de um exército de mais de 65 mil homens dos três países aliados nas margens do Rio Paraná, preparando-se para a invasão do território para gaúcho, provocou o esgotamento das pas-

tagens e a perda de milhares de cavalos. Quando os aliados transpuseram o Rio Paraná em 16 de abril de 1866, a maioria dos corpos de cavalaria brasileiros estava a pé (Cerqueira. 1980, p. 84).

A provisão de víveres e forragens adquiriu maior regularidade com a instalação de uma repartição de intendência em novembro de 1866, subordinada ao comandante-em-chefe do Exército Brasileiro em operações, o Marquês de Caxias. A repartição havia sido criada pelo Aviso do Ministério da Guerra, de 20 de outubro de 1866, e organizada poucos dias após Caxias haver assumido o comando das forças brasileiras no Paraguai. Cabia a esse órgão celebrar contratos com os fornecedores de suprimentos de boca e realizar quaisquer compras que fossem determinadas pelo Comandante-em-Chefe (Exercito em Operações, 1877b, p. 25-32) (33).

Em 10 de janeiro de 1867, a recém-criada Repartição da Intendência do exército em operações no Paraguai firmou dois contratos com empresas privadas para o fornecimento de víveres à tropa. O suprimento das rações destinadas ao 1º CEx ficou a cargo da empresa comercial Lezica & Lanús, com sede em Buenos Aires; para o fornecimento às forças do 2º CEx, a arrematante do contrato foi a empresa brasileira de João Gomes Pereira, da cidade de Cachoeira, província do Rio Grande do Sul. Embora o contrato com a firma argentina Lezica & Lanús visasse à provisão do 1º Corpo de Exército, o documento previa sua ampliação ao 2º Corpo, caso os dois fossem reunidos. Ambos os contratos eram de seis meses, mas o contrato com Lezica & Lanús previa sua prorrogação caso a guerra se estendesse além desse prazo e não houvesse declaração em contrário por uma das partes (Exercito em Operações, 1877b) (34).

O fornecimento de forragens para os animais de montaria e bestas de bagagem ficou a cargo da firma Cabal & Bravo (Burton, 1997, p. 332). A tabela de distribuição de forragens previa dosagens diferentes para duas circunstâncias: animais em estação e animais em marcha ou em operações. No primeiro caso, a dosagem diária era de 6 lb de milho e 6 a 8 lb de alfafa, além de 8 a 9 libras de pasto, dependendo se o animal era cavalo ou mula e se era de montaria, de carga ou de tiro. Em marchas ou operações, não havia previsão de pasto; em compensação, a dosagem de milho era aumentada para 9 lb, mantida a dosagem de alfafa (Exercito em Operações, 1877b, p. 271) (35).

Em ambos os contratos de víveres, as rações a serem fornecidas às tropas resumiam-se a carne de gado bovino, na proporção de uma rês para cada 85 praças de infantaria ou 60 praças de cavalaria, farinha de mandioca, café para a infantaria ou erva-mate para a cavalaria (sic), açúcar (para a infantaria), sal e fumo.

Por ordem do general em chefe, a carne verde poderia ser substituída eventualmente por carne seca (charque), e a farinha poderia ser substituída parcialmente por bolachas. Também estava a seu critério a eventual distribuição de rações de aguardente (36).

A falta de qualquer gênero deveria ser suprida por uma ração maior de carne ou farinha, de modo que o valor da etapa fosse completado. A falta do café seria suprida por erva-mate e aguardente, nas proporções correspondentes. Além dos víveres fornecidos em bases diárias, as praças faziam jus a uma cota mensal de duas barras de sabão e dez folhas de papel almaço. Em geral, os oficiais não recebiam rações, mas com frequência, o general em chefe autorizava que se lhes fornecesse carne e, raramente, um pouco de farinha e sal. Para complementar suas rações, os oficiais tinham que comprar víveres nas barracas dos(as) vivandeiros(as) que acompanhavam o exército em operações (Cerqueira, 1980).

O abate e carneação do gado e a distribuição dos gêneros deveria ser feita pelo fornecedor nos principais campos do exército e nos acampamentos das divisões que estivessem a mais de uma légua (seis km) daqueles campos. Quando uma força fosse enviada em alguma expedição rápida, deveria ser abastecida para o número de dias conveniente, substituindo a carne verde pelo charque. Na prática, a aguardente passou a ser servida regularmente durante o comando de Caxias. Em suas Reminiscências, Dionísio Cerqueira registra que, quando as unidades formavam para o alarma no acampamento de Tuiuti, muito antes do alvorecer, era servida uma dose de cachaça e café (Cerqueira, 1980). A alimentação era simples, mas as rações eram bastante generosas (37).

Relatos da época registram que, durante a campanha do Paraguai, a tropa estava sempre bem alimentada. Como observou Richard Burton, nos acampamentos brasileiros durante o Comando de Caxias, “até os cachorros eram roliços como os cavalos” (Burton, 1997, p. 290). O valor das rações correspondia à etapa diária de 750 réis por homem, pagos às empresas fornecedoras (38).

Esse valor era válido para o fornecimento às tropas situadas a até cinco léguas (30 km) das margens dos rios Paraguai e Paraná. Caso as tropas estivessem a maiores distâncias das margens dessas vias fluviais, o valor seria aumentado em 10%. Os contratos de fornecimento de víveres também contemplavam itens especiais para os hospitais e enfermarias ambulantes. Os itens de dieta hospitalar eram bem mais variados do que as rações regulares da tropa e incluíam gêneros como arroz, farinha de trigo, banha de porco, galinha, extrato de caldo de carne concentrado, leite, tapioca, pães, manteiga, doces em barra e vinhos do Porto e Bordeaux, dentre muitos outros produtos.

Durante todo o comando de Caxias, o suprimento de víveres funcionou adequadamente. Mas quando as operações se afastaram das margens dos grandes rios a partir de junho de 1869 (Campanha da Cordilheira), a empresa fornecedora mostrou-se incapaz de manter um fluxo constante de gado e gêneros alimentícios por via terrestre, como havia conseguido fazer por via fluvial.

Em setembro e outubro, a crise de abastecimento levou a fome aos acampamentos de algumas unidades aliadas (39).

Diante da incapacidade demonstrada pela empresa fornecedora, o Conde D’Eu, novo Comandante-em-Chefe, precisou lançar mãos de todos os recursos de transporte disponíveis – locomotivas, trens e comboios de mulas reíunas e particulares – para enviar víveres às suas unidades. Também mandou comprar gado com diversos comerciantes nas províncias argentinas de Corrien-

tes e Entre Rios e no Rio Grande do Sul, independentemente do contrato existente com a empresa Lezica & Lanús, que se mostrava incapaz de suprir o exército (Orleans, 1872, p. 23) (40).

Além disso, diante da inexistência de um órgão encarregado de executar o suprimento do exército, o Conde D'Eu teve que lançar mão de unidades de combate para conduzir os comboios de carga e as boiadas.

SERVIÇO DE SAÚDE

No início das operações em território paraguaio, quando as baixas decorrentes das grandes batalhas de Tuiuti e Curupaiti e da epidemia de Cólera exigiram grande esforço do serviço médico, o Exército Brasileiro chegou a ter 11 hospitais em funcionamento: dois em Buenos Aires, dois em Montevideú, três em Corrientes, um na Ilha do Cerrito, um em Itapiru, um no Passo da Pátria e um em Tuiuti. No início de 1867, o Marquês de Caxias mandou fechar os hospitais de Buenos Aires, concentrando a hospitalização de retaguarda em Montevideú, onde fundiu os dois hospitais em um só (Fragoso, 2011, p. 188-189).

O hospital militar brasileiro de Montevideú ficava instalado em dois edifícios, sendo o mais importante localizado no Centro de Montevideú, no edifício onde atualmente funciona o Museu Militar 18 de maio de 1811. No final de 1867, o hospital brasileiro de Montevideú foi reduzido a uma enfermaria, que permaneceu instalada numa ala desse mesmo edifício. Corrientes chegou a abrigar quatro hospitais brasileiros, dos quais o mais importante era o do Saladeiro, instalado próximo ao Rio Paraná, com capacidade para mais de 2.000 enfermos e feridos. Os demais hospitais eram o de Avalos, instalado em galpões de madeira para 300 leitos; o hospital do convento do Borano, com 400 leitos; e o do convento de São Francisco, instalado em três galpões de madeira construídos em torno do convento, cada um com capacidade para mais de 300 baixados. Também havia duas casas alugadas, que serviam como enfermarias (Silva, 2012).

Depois da invasão do território paraguaio, o exército instalou hospitais provisórios em Itapiru, Passo da Pátria, Tuiuti e Ilha do Cerrito. Quando as forças aliadas ultrapassaram Humaitá, o hospital do Cerrito foi desativado, e seu pessoal e material foram empregados para desdobrar um novo hospital provisório em Humaitá, utilizando cinco grandes galpões cobertos de palha, que haviam sido enfermarias paraguaias.

O decreto de março de 1857, que aprovou o novo Regulamento do Corpo de Saúde do Exército, havia lançado as bases de uma doutrina sobre o serviço de saúde em campanha e a correspondente cadeia de atendimento médico e evacuação de feridos e enfermos (41).

Essa cadeia começava nos hospitais ambulantes e de sangue, era complementada por hospitais provisórios ou temporários e recuava até os hospitais permanentes ou fixos existentes no território do Império ou instalados em importantes localidades dos países aliados. Havia, finalmente, os depósitos de convalescentes, destinados a receber os militares que tivessem recebido alta dos hospitais, mas que ainda não estivessem em condições de suportar os rigores da campanha. A evacuação para os hospitais de retaguarda era feita pela Marinha, que contava com os hospitais flutuantes Eponina, Cidade de Olinda, D. Francisca e Anicota (Fortuna, 2012).

O Corpo de Saúde do Exército também incluía um pequeno quadro de farmacêuticos, encarregado de administrar as farmácias dos hospitais militares, preparar os medicamentos prescritos pelos médicos e atender às requisições para o provimento das demais farmácias, depósitos de medicamentos e caixas de ambulância.

Os hospitais ambulantes destinavam-se a acompanhar o movimento das tropas em marcha. Eram dotados de barracas e de um conjunto de “ambulâncias” – termo usado na época para designar canastras, bolsas e mochilas contendo medicamentos, material de penso e instrumentos cirúrgicos. Esses hospitais ambulantes eram transportados em carros e mulas, e contavam com meios para o transporte de feridos – carros para feridos, padiolas, liteiras e cacolets (42).

Nos dias de combate, os hospitais ambulantes funcionavam como hospitais de sangue, que eram instalados em edificações disponíveis no local ou em barracas armadas no campo de batalha, em local protegido do fogo inimigo e com acesso a uma fonte de água. De acordo com as instruções publicadas pelo General Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão em 29 de agosto de 1866, durante seu período como Comandante do 1º CEx, os hospitais de sangue ofereciam os primeiros socorros aos soldados feridos em combate, até que tivessem condições de serem transferidos para os hospitais temporários, e eram identificados por uma bandeira vermelha, que servia como orientação para a condução dos feridos (Exército em Operações, 1877a, p. 81-84) (43).

Os hospitais provisórios ou temporários eram estabelecidos para atender feridos e enfermos das tropas em operações ou em acampamentos. Eram instalados em localidades existentes nas áreas de operações e nos grandes acampamentos militares. Durante a marcha do 1º CEx, do Uruguai à região de concentração ao Norte de Corrientes, foram desdobrados hospitais provisórios nas localidades de Salto (Uruguai) e Concórdia (Entre Rios).

No início das operações do 1º CEx em território paraguaio, foram instalados os hospitais provisórios de Itapiru, Passo da Pátria e Tuiuti. Quando o 2º CEx chegou ao teatro de guerra, desdobrou o hospital provisório da Ilha do Cerrito, mais tarde transferido para Humaitá. Os hospitais fixos ou permanentes eram aqueles instalados em localidades importantes fora da área de operações, oferecendo tratamento e cuidados de convalescença ao pessoal evacuado dos hospitais provisórios. Os mais importantes para o apoio ao exército em operações no Paraguai foram os hospitais militares da Corte e de Santa Catarina, e os de Buenos Aires, Montevideú e Corrientes.

A despeito de sua natureza “permanente”, os hospitais militares brasileiros de Buenos Aires e de Montevidéu foram encerrados. Mas tal fato decorreu da diminuição da demanda e do alongamento das linhas de comunicações, sendo mais econômico concentrar o atendimento de retaguarda na cidade de Corrientes.

O desempenho do serviço médico do Exército Brasileiro durante a Guerra do Paraguai foi bastante irregular. Embora contasse com médicos bem qualificados e em número suficiente para atender a tropa em tempo de paz, o Corpo de Saúde do Exército teve grandes dificuldades para lidar com as demandas de um grande exército em campanha longe da pátria. Diante dessas novas circunstâncias, os efetivos de médicos e enfermeiros mostraram-se insuficientes para fazer funcionar todas as instalações médicas necessárias.

Quando o Paraguai invadiu o Mato Grosso, o efetivo previsto para o Corpo de Saúde do Exército era de 149 médicos, 20 farmacêuticos e uma companhia de enfermeiros, que deveria ser organizada com três sargentos, oito cabos e 150 soldados, com funções de enfermeiros e ajudantes (44).

O quadro de oficiais estava quase completo, com 147 médicos e 18 farmacêuticos. Mas a companhia de enfermeiros só contava com um sargento e 30 soldados (Brasil, 1865) (45).

A maioria desses enfermeiros estava empregada no Hospital Militar da Corte e, para que fossem enviados ao teatro de guerra, o exército teve que recorrer às irmãs de caridade de São Vicente de Paulo para assumir os serviços de enfermagem naquele nosocômio (Mitchell, 1963).

Sobre os enfermeiros, basta dizer que não estavam qualificados para o exercício de suas funções, sendo simples soldados, com baixíssima ou nenhuma educação formal. Para ser qualificado como “enfermeiro-mor”, o exército exigia apenas que o soldado soubesse ler e escrever, conhecesse as quatro operações da aritmética, entendesse o funcionamento do serviço de enfermeiro e soubesse os nomes dos objetos constitutivos dos hospitais ambulantes (Silva, 2012).

Devido à carência de médicos, o governo precisou recorrer à contratação de médicos civis e acadêmicos das faculdades de medicina do Rio de Janeiro e de Salvador. Os médicos civis destinaram-se aos hospitais temporários e permanentes, e sua contratação exigiu remunerações muito dispendiosas para o exército. Para completar a equipe, o governo imperial contratou 68 estudantes de medicina, alguns dos quais haviam cursado apenas até o 2º ano, para exercer as funções de médicos e cirurgiões do exército (Silva, 2012). O problema da falta de enfermeiros foi remediado destinando soldados dos corpos de infantaria para o serviço nos hospitais e enfermarias.

Em abril de 1866, pouco antes da invasão do território paraguaio, o General Osorio dissolveu as companhias de zuavos do 1º Corpo de Exército e determinou que seus homens fossem passados à disposição do serviço de saúde (Kraay, 2012).

Soldados de outros corpos também foram desviados de suas funções de combate para servir como enfermeiros nos hospitais. Francisco Pereira da Silva Barbosa, que era sargento do 1º Corpo de Voluntários da Pátria, relatou em suas memórias que baixou ao hospital do Passo da Pátria no dia 4 de maio de 1866, por haver sido ferido no combate do dia 2, mas só recebeu um curativo quatro dias depois, e mesmo assim porque foi reconhecido por um soldado de sua companhia, que estava empregado como enfermeiro no hospital (Barbosa, [s.d.]) (46).

Todas essas debilidades mostraram-se em verdadeira grandeza por ocasião das grandes batalhas e quando a epidemia de cólera atingiu o exército em operações no Paraguai em abril de 1867. Relatos da época atestam o caos no atendimento médico e no serviço de enfermagem nos momentos de crise (Barbosa, [s.d.]; Cerqueira, 1980, p. 236-237, 284-290; Constant, 1999, p. 94, 96; Silva, [1924?], p. 113).

CONCLUSÕES

As reformas implantadas no exército durante as administrações Felizardo e Caxias deram um caráter marcadamente institucionalizado ao Exército Imperial, fazendo a transição de uma força que era uma derivação do Exército Português para um exército claramente brasileiro. Também criaram um quadro de oficiais profissionais e adeptos da educação formal. Mesmo homens como os Generais Manuel Luiz Osorio e Manuel Marques de Souza, que nunca conseguiram obter uma educação superior formal, buscaram e obtiveram designação para a Escola Militar da Corte, embora suas matrículas tivessem que ser canceladas em função das guerras no Sul no início de suas carreiras (Silva, 1907). A existência de uma razoável infraestrutura industrial permitiu que a maior parte do armamento, munição e equipamento em uso no Exército Imperial fosse provida por arsenais e fábricas militares oficiais e por empresas privadas nacionais, reduzindo significativamente a necessidade de recorrer à importação. Merece ser destacado que algumas das instalações industriais do exército, como o Laboratório Pirotécnico do Campinho, estavam em dia com a melhor tecnologia militar em uso na Europa naquela quadra do século XIX. A capacidade de prover adequadamente um exército de grandes efetivos (para os padrões sul-americanos), operando a milhares de quilômetros do território nacional, dá testemunho da maturidade institucional do Exército e de outras instituições do Estado imperial vinculadas ao esforço de guerra. A nota negativa ficou com o serviço médico, que tendia a entrar em colapso nas ocasiões de grandes demandas provocadas por baixas excessivas em combate ou por grande aumento no número de enfermos.

Agradecimentos

O autor registra seu agradecimento ao Dr. Adler Homero Fonseca de Castro, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), pelo gentil e valioso assessoramento prestado quanto à indústria militar brasileira à época da Guerra da Tríplice Aliança.

Notas

- (1) Estrofe anônima recitada pelos soldados brasileiros como referência às mudanças de cardápio ao longo da Guerra da Tríplice Aliança à medida que se sucediam os comandantes-em-chefe (Cerqueira, 1980, p. 112). Referia-se aos generais Manuel Luiz Osorio e Polidoro Quintanilha Jordão, ao Marquês de Caxias e ao Conde D'Eu, que, sendo casado com a princesa Isabel, recebia o tratamento de alteza.
- (2) A Academia Real Militar criada pelo Príncipe Regente D. João no Rio de Janeiro em 1810 foi uma das primeiras escolas de formação de oficiais de forças de terra das Américas, somente antecedida pelo Real Colégio Militar do Canadá, instalado em 1776, e pela Academia Militar dos Estados Unidos (West Point), estabelecida em 1802. Nos países vizinhos da Bacia do Prata, o Colegio Militar de la Nación, do Exército Argentino, foi fundado em 1869; o Colégio Militar do Exército Uruguaio somente foi fundado em 1885; e o primeiro curso militar para formação de oficiais do Exército Paraguaio só viria a ser criado em 1915.
- (3) BRASIL. Lei nº 585, de 6 de setembro de 1850. Regula o acesso aos postos de oficiais das diferentes armas do Exército.
- (4) No Exército Brasileiro do século XIX, o primeiro grau hierárquico de oficial nas armas de infantaria e cavalaria era o de alferes. Na arma de artilharia e no Corpo de Engenheiros, este posto correspondia ao de 2º tenente.
- (5) BRASIL. Decreto nº 1.536 – de 23 de janeiro de 1855. Crea huma Escola de Applicação do Exercito, na conformidade do Regulamento, que com elle baixa.
- (6) BRASIL. Decreto nº 634, de 20 de setembro de 1851. Sanciona a Resolução da Assembléa Geral creando na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul hum curso de Infantaria e Cavallaria. Embora o curso tivesse sido criado em 1851, a Guerra do Prata (1851-52) retardou sua efetiva instalação, que só aconteceria em 1853.
- (7) BRASIL. Dec. nº 1.127, de 26 de fevereiro de 1853. Crea a Repartição de Quartel-Mestre General, e regula as suas funções.
- (8) BRASIL. Dec. nº 1.881, de 31 de janeiro de 1857. Approva o Regulamento para a Repartição do Ajudante-general do Exercito.
- (9) BRASIL. Decreto nº 2.038, de 25 de novembro de 1857. Crea as repartições de Ajudante e de Quartel-mestre-general nos corpos de Exercito de observação ou de operações que se organisarem no Imperio.
- (10) Até o início do século XX, os cursos da Escola Militar tinham uma clara hierarquia intelectual: na base estava o curso de infantaria e cavalaria, com duração que variava de um a dois anos, conforme as mudanças nas leis de ensino do Exército; depois, vinha o curso de artilharia, com duração que variava de três a quatro anos; acima do curso de artilharia, vinha o curso de estado-maior, que se estendia por quatro a cinco anos de estudos; no topo da pirâmide, estava o curso de engenharia, que variava de cinco a sete anos de duração. Os oficiais engenheiros eram vistos como a elite intelectual do Exército.
- (11) Todos os oficiais generais que exerceram o cargo de Comandante-em-Chefe das forças terrestres brasileiras e de comandantes dos corpos de exército durante a Guerra do Paraguai foram oficiais regulares do Exército Imperial. O mesmo pode ser dito em relação aos comandantes das divisões, com pouquíssimas exceções de oficiais da Guarda Nacional com grande experiência militar, como os brigadeiros honorários José Joaquim de Andrade Neves e José Gomes Portinho. Dos seis oficiais que exerceram os cargos de comandante-em-chefe e de comandante efetivo de corpo de exército na campanha do Paraguai (Marquês de Caxias, Conde D'Eu, Manuel Luiz Osorio, Manuel Marques de Souza, Alexandre Gomes de Argolo Ferrão Filho e Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão), apenas os generais Osório e Marques de Souza não haviam cursado uma escola de formação de oficiais.
- (12) Mappa demonstrativo do numero dos operários das diversas officinas deste arsenal existentes no 1º de janeiro de 1866, e das alterações occorridas até o 1º de janeiro do corrente anno.
- (13) Companhias de operarios militares do Arsenal de Guerra da Corte. Mappa demonstrativo dos movimentos das praças das mesmas companhias do 19 de fevereiro a 31 de dezembro de 1866.
- (14) Como exemplos, cito algumas dessas notas. O Correio Mercantil de 17 de dezembro de 1867, p. 3, informa que o AGC estaria recebendo naquela data propostas para o fornecimento de 20.000 bocais roscados para espoletas modelo La Hitte, 1.000 granadas para canhões Whitworth de calibre 1, 1.000 granadas fundidas para foguetes franceses e 100 freios de ferro para arreios. O mesmo periódico, em data de 9 de março de 1868, p. 2, informa que o AGC estaria recebendo naquela data propostas para a compra de 2.000 pares de estribos, 1.685 pares de esporas e cinco mil granadas de 32 lb para canhões Whitworth. O Diário do Rio de Janeiro de 22 de maio de 1867, p. 3, informa que o Arsenal de Guerra estaria recebendo nos próximos dias propostas para o fornecimento de 60.000 balas de ferro fundido para lanternetas, 7.000 granadas de calibre 4, 4.000 de calibre 6 e 2.400 de calibre 12, todas para canhões La Hitte, 3.000 granadas esféri cas de 5 ½ polegadas, e grandes quantidades de tecidos e aviamentos para a confecção de uniformes. O mesmo jornal, no dia 24 de agosto de 1867, p. 4, informa que o AGC estaria recebendo no dia 26 propostas para o fornecimento de 4.800 granadas ogivais de calibre 4 (La Hitte) e 6.000 tubos de latão para espoleta de tempo.
- (15) BRASIL. Alvará de 1º de março de 1811. Cria a Real Junta de Fazenda dos Arsenais, Fábricas, e Fundição da Capitania do Rio de Janeiro e uma Contadoria dos mesmos Arsenais.
- (16) Instalada em terreno elevado, sem uma boa fonte de água corrente nas proximidades, a Fábrica da Conceição não podia contar com máquinas movidas por força hidráulica, que era a principal fonte de energia mecânica antes do surgimento das máquinas a vapor. Sua operação era toda artesanal, resultando em baixa produtividade e alto custo de funcionamento.

- (17) Estativa era o suporte em formato de tripé, usado para o lançamento dos foguetes de guerra do século XIX.
- (18) Mappa demonstrativo das munições, artificios e artefactos remetidos por este Laboratorio ao Arsenal de Guerra da Côrte do 1º de janeiro de 1862 a 31 de março de 1867.
- (19) As pólvoras produzidas na Fábrica da Estrela eram classificadas em cinco tipos, pela ordem crescente da grandeza dos seus grãos: tipo A, muito fina, usada para a produção de artificios pirotécnicos e para o carregamento de granadas; tipo F, empregada na fabricação dos car tuchos das armas raiadas; tipo C, usada como carga de projeção para artilharia de alma lisa; a tipo CC, usada nos canhões raiados La Hitte; e tipo CCC, para os canhões Whitworth (Brasil, 1858, p. 21).
- (20) Mappa demonstrativo do cartuxame confeccionado no Laboratório Pyrotechnico da Província do Rio Grande do Sul nos mezes de setembro, outubro, novembro e dezembro de 1865 e janeiro de 1866.
- (21) Mappa demonstrativo das munições, artificios de guerra e balas fabricadas durante o anno de 1867.
- (22) Tendo em vista que a França adotava o sistema métrico decimal, o calibre dos canhões franceses era definido pelo peso em quilogramas da bala sólida que lhe correspondia – o calibre 4 correspondia a uma bala sólida de 4 quilogramas (kg); o calibre 12, a uma bala sólida de 12 kg; e o calibre 6 brasileiro, a uma bala sólida de 6 kg. O calibre 4 francês correspondia a 84 mm; o calibre 12, a 121 mm; e o calibre 6 brasileiro, a 95 mm.
- (23) Relação do armamento, equipamento e munições de guerra remetidos para o nosso Exercito desde o principio da guerra até esta data.
- (24) Lanterna era um projétil composto, formado por uma fina lata cilíndrica, recheada com balins. Ao ser disparado, o invólucro era despedaçado pela explosão da carga de projeção e lançava um jato de projéteis contra o alvo.
- (25) O Diário do Exército em Operações de 1867 registra o recolhimento de uma peça de artilharia cujo ouvido havia sido “arrombado”, para conserto no arsenal do Cerrito (Campanha do Paraguay, 1868, p. 125).
- (26) Relação do armamento, equipamento e munições de guerra remetidos para o nosso Exercito desde o principio da guerra até esta data. Não estão incluídos nesses números os armamentos, uniformes e equipamentos que já havia sido enviado para a Campanha do Uruguai em 1864 nem o material entregue às unidades que seguiam para o teatro de guerra a partir de 1865.
- (27) A bala do sistema Minié tinha formato cilíndrico-ogival com uma cavidade cônica na sua base. A pressão dos gases da explosão da pólvora na concavidade forçava a expansão da bala e sua aderência às raias, imprimindo-lhe rotação. A rotação do projétil e o máximo aproveitamento da força dos gases permitia a uma espingarda Minié uma precisão e um alcance útil sem precedentes na era das espingardas de alma lisa e bala esférica.
- (28) O Exército Brasileiro adquiriu espingardas longas para a infantaria de linha; carabinas mais curtas para os batalhões de caçadores; mosquetões curtos para a artilharia e os engenheiros; e pistolas e clavinhas bem curtas e sem baioneta para a cavalaria.
- (29) BRASIL. Decreto nº 3.620, de 28 de fevereiro de 1866. Altera o grande e pequeno uniforme dos corpos do exército.
- (30) Resumo das quantias pendidas com o fretamento de cada um navio durante o tempo que tem estado ao serviço do Governo.
- (31) O uso do termo “empregados” indica que eles eram funcionários civil.
- (32) BRASIL. Decreto nº 2.038, de 25 de novembro de 1857. Crea as repartições de Ajudante e de Quartel-mestre-general nos corpos de Exército de observação ou de operações que se organisarem no Imperio.
- (33) Instruções Reorganizando as Repartições de Fazenda do Exército.
- (34) Contractos para fornecimento de etapas e dietas ás praças do 1º e 2º Corpos do Exército.
- (35) Tabella approvada para a distribuição das forragens que competem ás cavalgaduras de pessoas e bestas de carga. Ordem do Dia No. 47, de 1º de março de 1867.
- (36) Na prática, a aguardente passou a ser servida regularmente durante o comando de Caxias. Em suas Reminiscências, Dionísio Cerqueira registra que, quando as unidades formavam para o alarma no acampamento de Tuiuti, muito antes do alvorecer, era servida uma dose de cachaça e café (Cerqueira, 1980).
- (37) A ração diária das praças de infantaria era 1/85 de uma rês (1,7 kg) (carne verde) ou 688 g de charque, 1/60 de alqueire (382 g) de farinha, 1 onça (28 g) de café, 2 onças (57 g) de açúcar, 0,5 onça (14 g) de sal e 0,5 onça de fumo. Para as praças de cavalaria, a ração diária era 1/60 de uma rês (2,45 kg), 1/80 de alqueire (287 g) de farinha, 1 onça de sal, 3 onças de erva mate e 0,5 onça de fumo. A ração diária de carne verde para a cavalaria poderia ser reduzida a 1/80 de uma rês, mas seria complementada por açúcar e bolachas. A ração de carne parece exagerada, mas deve-se levar em conta que seu peso incluía ossos, sebo e tendões não comestíveis.
- (38) Não estão incluídas nesse valor as eventuais rações de aguardente, que seriam pagas à parte, ao preço de 50 réis por homem.
- (39) Em suas Memórias, o Visconde de Taunay (2004, p. 445-446), que era o secretário do Conde D’Eu, atribui parte da responsabilidade por essa crise de suprimentos ao próprio Conde, que nutria desconfianças em relação ao que entendia como lucros exorbitantes da empresa Lezica & Lanús. Por esta razão, decidiu não lhes renovar o contrato em junho de 1869 e chamar nova concorrência. Lamentavelmente, a concorrência fracassou, e a Lezica & Lanús teve que ser chamada às pressas para reassumir o contrato anterior, o que provocou a interrupção temporária do fornecimento de víveres.
- (40) Ver também CAMPANHA DO PARAGUAY, 1870.
- (41) BRASIL. Decreto nº 1.900, de 7 de março de 1857. Approva o novo Regulamento do Corpo de Saude do Exercito.
- (42) Liteiras e cacolets eram cangalhas para transporte de feridos em lombo de mulas, usando padiolas e cadeirinhas.
- (43) Instruções para regular o serviço do Hospital de Sangue, que tiver de funcionar nos dias de combate.

(44) BRASIL. Decreto nº 2.715, de 26 de dezembro de 1860. Altera o regulamento aprovado pelo Decreto n.º 1.900 de 7 de março de 1857.

(45) Mappa da força dos corpos do Exército da Guarda Nacional destacada.

(46) O diário de Barbosa não tem páginas numeradas. Este relato está na seção “Combate de Estêro Belaco – Voluntário Barbosa Foi Ferido”.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, A. P. de. Diário das Operações do Exército Brasileiro na Campanha de 1851, sendo Commandante em Chefe o Conde de Caxias. Rio de Janeiro: Typographia de Candido Augusto de Mello, 1864.

BARBOSA, F. P. da S. Diário da Campanha do Paraguay. Forum Now, [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <http://www.forumnow.com.br/vip/mensagens.asp?forum=125774&topico=2964054>. Acesso em: 18 Set. 2013.

BRASIL. Relatório da Repartição dos Negocios da Guerra, apresentado á Assembléa Geral Legislativa na 1ª Sessão da 6ª Legislatura, pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra Jeronimo Francsico Coelho. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1845.

BRASIL. Relatório da Repartição dos Negocios da Guerra, apresentado á Assembléa Geral Legislativa na 3ª Sessão da 8ª Legislatura, pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Manoel Felizardo de Souza e Mello. Rio de Janeiro: Typographia Americana de I. P. de Costa, 1851.

BRASIL. Relatório apresentado á Assembléa Geral Legislativa na Quarta Sessão da Oitava Legislatura, pelo Ministro e Secretario d’Estado dos Negocios da Guerra Manoel Felizardo de Souza e Mello. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1852.

BRASIL. Relatório Apresentado á Assembléa Geral Legislativa na Terceira Sessão da Decima-Segunda Legislatura, pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra Visconde de Camamú. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1865.

BRASIL. Relatório Apresentado á Assembléa Geral Legislativa na Quarta Sessão da Décima Segunda Legislatura, pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra Angelo Moniz da Silva Ferraz. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866.

BRASIL. Relatório Apresentado á Assembléa Geral na Primeira Sessão da Decima Terceira Legislatura, pelo Ministro e Secretario D’Estado dos Negocios da Guerra João Lustoza da Cunha Paranaguá. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1867.

BRASIL. Relatório Apresentado á Assembléa Geral na Segunda Sessão da Décima Terceira Legislatura, pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra João Lustoza da Cunha Paranaguá. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1868.

BRASIL. Relatório Apresentado á Assembléa Geral na Segunda Sessão da Décima Quarta Legislatura, pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra Barão de Muritiba. Rio de Janeiro: Typographia Dezesseis de Julho, 1870. 20 Coleç. Meira Mattos, Rio de Janeiro, v. 18, n. 61, p. 1-24, janeiro/abril 2024 pedrosa

BRASIL. Relatório Apresentado á Assembléa Geral na Quarta Sessão da Decima-quarta Legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado Interino dos Negocios da Guerra Visconde do Rio Branco. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1872.

BURTON, R. Cartas dos Campos de Batalha do Paraguai. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997.

CAMPANHA DO PARAGUAY. Diários do Exército em Operações Sob o Commando em Chefe do Exm. Sr. Marechal de Exército Marquez de Caxias. In: BRASIL. Relatório Apresentado á Assembléa Geral na Segunda Sessão da Décima Terceira Legislatura, pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra João Lustoza da Cunha Paranaguá. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1868.

CAMPANHA DO PARAGUAY. Diário do Exército. Commando em Chefe de S. A. o Sr. Marechal de Exército Conde D’Eu –Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1870.

CARVALHO, J. C. de. Noções de Artilharia Para Instrucção dos Officiaes Inferiores da Arma no Exército em Operações Fóra do Imperio. Montevideo: Typographia d’El Pueblo, 1866.

CASTRO, A. H. F. de. A Pré-indústria e Governo no Brasil: iniciativas de industrialização a partir do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, 1808-1864. 2017. Tese (Doutorado em História Comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. CASTRO, A. H. F. de. Sistema Minié. In: Armas Brasil. [s.d.]. Disponível em http://www.armasbrasil.com/Pagdiversas/sistema_minie.htm. Acesso em 29 set. 2022.

CERQUEIRA, D. Reminiscências da Campanha do Paraguai, 1865-1870. Editora Especial. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

CONSTANT, B. Cartas da Guerra: Benjamin Constant na Campanha do Paraguai. Transcrição, organização e introdução Renato Lemos. Rio de Janeiro: IPHAN: Museu Casa de Benjamin Constant, 1999.

CORREIO MERCANTIL. Anno 14, no. 346. Rio de Janeiro, terça-feira, 17 de dezembro de 1867. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217280&PagFis=28506>. Acesso em: 28 mar. 2023.

CORREIO MERCANTIL. Anno 15, no. 68. Rio de Janeiro, segunda-feira, 09 de março de 1868. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=217280&PagFis=28830>. Acesso em 28 mar. 2023.

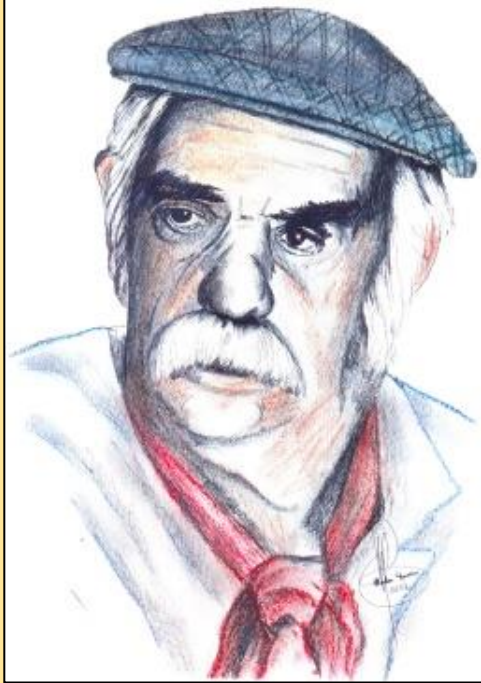
DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Anno 50, no. 127. Rio de Janeiro, quarta-feira, 22 de maio de 1867. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_02/21843. Acesso em 28 mar. 2023.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Anno 50, no. 219. Rio de Janeiro, sabbado 24 de agosto de 1867. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=094170_02&Pesq=granadas&pagfis=22216. Acesso em 28 mar. 2023.

to de Cavalaria (hoje o 5º RCMec de Quaraí), Unidades militares do Exército, que estiveram aquarteladas em Uruguai-ana.

Aqui, ele participou da Revolução Federalista (1893/95), na Divisão do Centro, chegando a comandar o então 3º Regimento de Cavalaria, no célebre combate de Inhanduí. Mais tarde ele fundou em Porto Alegre o Grêmio Gaúcho (22 de maio de 1898), a primeira entidade voltada às tradições do nosso Estado.

Por 1940, aproximadamente, um jovem idealista, estudante do então Instituto União, João Carlos D'Avila Paixão Cortes, (desenho abaixo), já se destacava em nossas tradições, nos encontros do "Grêmio Literário Catulo da Paixão Cearense", recitando a poesia de Paulo Setúbal, "João, o tropeiro".



Ali, no recanto do "Baio Velho", como denominavam na época aquele colégio, juntamente com seus colegas Darcy Fagundes, Enio Carvalho, Arthur Garcia (mosquito), Apio de Almeida e tantos outros, já manifestavam o ideal de preservar os valores do tradicionalismo quando, anos mais tarde, por 1947, Paixão Cortes resgata a "patas de cavalos" a nossa identidade cultural, juntamente com outros jovens estudantes do Colégio Júlio de Castilhos de Porto Alegre.

Acompanhado de Orlando Degrazzia, Ciro Dutra Ferreira, Celso Araújo, Fernando Vieira, João Vieira, Ciro Dias e Antônio Sá de Siqueira, conduziram uma centelha da chama da Pira da Pátria, para um galpão improvisado naquela escola. Dava início, assim, a "Ronda Crioula", que veio culminar, mais tarde, com a "Semana Farroupilha", oficializada pelo Dec. nº. 33.224, de 22 Jun 1989.

Conseguiram assim resgatar nossos valores que já estavam sendo vilipendiados pelo "Estado Novo" de Getúlio Vargas, que apregoava, entre tantas medidas, a queima das bandeiras estaduais e dando vazão à cultura estrangeira que invadia nosso pampa gaúcho, após o término da 2ª Guerra Mundial.

Paralelamente, outros jovens, como Glaucus Saraiva, Barbosa Lessa e Dirceu Tito Lopes (uruguaiense), corriam em busca do mesmo objetivo, quando surge o "CTG 35", em 24 de abril de 1948 em Porto Alegre.

Como corrente de manifestação cultural, rapidamente se propagou na região do estado e, em Uruguaiana, surge o nosso primeiro Templo Nativista, o "CTG Patrulha do Oeste", em 15 de janeiro de 1954, liderado pelo poeta Argeu Veiga, Luiz Alberto Ibarra, Mario Dino Papaléo, Hermelindo Cavalheiro, Mario Braccini, Randolpho Serpa e o Cel Flodoardo Martins da Silva.

Desta data em diante surgem outros CTGs que perduraram, alguns, e outros ficaram no próprio rastro da história:

- CTG Minuano: criado pelo irmão marista Bento José Labre, do Colégio Sant'Ana, com alguns alunos, em 21 de abril de 1955;
- CTG Sinuelo do Pago (22 Out 1955);
- Brete dos Pampas do Grêmio Tiradentes (15 Jul 1959);
- CTG Candinho Bicharedo (12 Fev 1961);
- Piquete da Alegria (do antigo Seminário, em 24 Jun 1965);
- CTG Pedro Coutinho (4 Abr 1981);
- CTG Laçadores Esteio de Japejú (7 Abr 1981);
- Sentinela da Fronteira (1989);
- Saraquá (Cb./Sd. da Brigada Militar, em 1990);
- Centro de Estudos Folclóricos Martin Fierro (20 Out 1992);
- Renascer na Querência (17 Jan 1993);
- Elzo Osório (26 Mar 1993); e
- CTG Tríplice Aliança (19 Mar 2001); e tantos outros que fogem de nossas pesquisas.

Com o surgimento do Movimento Tradicionalista Gaúcho, (MTG) foi necessário dividir o nosso estado em "Zonas Tradicionalistas", o que veio a ser efetuado em 28 de outubro de 1966. Como esta denominação não ficava bem, pelo fato de haver o concurso regional de prendas, em 1970 passou a figurar como "Região" cabendo a 4ª Região Tradicionalista a Uruguaiana, Alegrete, Quaraí e Barra do Quaraí.

Firmando o tradicionalismo em nossa cidade, aqui foi erigida uma das primeiras estátuas ao gaúcho, em 20 de setembro de 1968, na Pracinha Farroupilha (hoje "Parque Farroupilha Milton Souza"), obra executada pelo escultor Acário Carvalho, transladada mais tarde para frente da Rodoviária em 29 de maio de 1983.

Em 1970, foi realizada a 1ª Festa Campeira e a Internacional a partir de 1971. Nesse mesmo ano, um grande movimento vem culminar e mudar totalmente os rumos artísticos e sociais do tradicionalismo que, para orgulho dos uruguaienses, teve seu surgimento com a manifestação de sua própria criação, quando pela primeira vez apresentou-se a Califórnia da Canção Nativa do RGS – estrela maior que conseguiu, além de sua projeção artístico-cultural dentro

da música regional, motivar o rumo do pensamento popular do gauchismo, confirmando o próprio uso e costumes do gaúcho no estado e impulsionando outras cidades para a criação de festivais na mesma linha.

Mais uma vez o pioneirismo em nossa cidade se manifesta, quando a 12 de outubro de 1992, inaugurou-se, junto a BR 290, na Região de Harmonia, o monumento votivo da 4ª Região Tradicionalista, como marco das três divisas.

Os homens que fizeram e continuam a enaltecer o tradicionalismo gaúcho em Uruguaiana, são os mesmos que dão continuidade aos “ideais Farroupilhas”, quando aqueles que lutaram na defesa dos princípios de LIBERDADE, IGUALDADE e HUMANIDADE, fazendo desta querência uma homenagem aos pioneiros da história.

Que, ao tremular o Pavilhão Riograndense sobre Uruguaiana, filha dileta da Revolução de 35 possa desfraldar os ideais farroupilhas pelas canhadas destas coxilhas, pois somos parte da tradição que se faz a cada dia em nossa história, com admirável manifestação do povo gaúcho.

REVOLUÇÃO FARROUPILHA

a) CAUSAS:

Em 1834, haviam em nosso Estado 150 mil habitantes, ao passo que na Capital, apenas 15 mil.

O motivo econômico foi a principal causa dessa Revolução, principalmente com a industrialização do charque.

O Governo Imperial sugava nosso estado com impostos altíssimos sobre este produto e importava do Uruguai e Argentina, a preços módicos, fazendo com que os gaúchos se manifestassem e pegassem em armas.

Os graves ressentimentos face à oligarquia urbana e lusitana, com discriminações da corte ao nosso estado, deram início a mais longa de nossas revoluções, que perdurou por quase dez anos de lutas e sangrentos combates no Rio Grande do Sul.

O idealismo farrapo, observado por alguns historiadores consagrados, nos enfatiza que os farrapos “lutaram pela liberdade social do estado, muito mais federalistas do que separatistas”, sendo a razão máxima de suas lutas, o fator econômico que preponderou quando irrompeu essa guerra, com a tomada de Porto Alegre em 20 de setembro de 1835.

b) ORIGEM:

A palavra “Farroupilha” surgiu pela primeira vez em 1700, com a revolta de alguns agricultores e criadores contra a Câmara Municipal da Cidade de Estácio de Sá (Rio). Foram derrotados com facilidade e, como eram gente do povo e usavam roupas humildes e rotas, foram chamados de “Farroupilhas”, que nos antigos dicionários portugueses, “farrupa”, é o mesmo que farrapo, trapo, pano velho, esfarrapado.

Conta-nos a história do RGS que entre nossos combatentes, nunca foi usada essa palavra pelos nossos heróis revolucionários. Consta apenas que, em 1839, depois que Garibaldi invadiu Santa Catarina, proclamando a República Juliana, o republicano Manoel Pereira da Silva, passou a chamar-se Manoel Pereira da Silva Farrapo, sendo adotado esse sobrenome por seus descendentes. Walter Spalding, benemérito historiador, nos comenta que, “... os revolucionários do RS terminaram aceitando e engrandeceram, fazendo do simples vocábulo legítimo padrão de glórias”.

c) NA CONQUISTA DA TERRA:

Devemos levar em conta que foi através dessa guerra, no governo republicano que surgiu a nossa cidade, quando, pelo Dec. nº 21, de 24 Fev 1843, assinado pelo Presidente da República Riograndense BENTO GONÇALVES DA SILVA, criava a CAPELA DO URUGUAI.

A cidade de Uruguaiana ostenta até hoje o título altissonante de “FILHA DILETA DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA”.

- Durante as várias incursões realizadas pelas tropas no estado, o nosso município, baseado nos escritos existentes, teve os seguintes locais como referência nos combates realizados, que esperamos que a própria história, um dia, coloque um marco nestes locais:

- 19 Ago 1844:

- Tropas republicanas derrotam as forças imperiais sob o comando do Cap HIPÓLITO GIL, próximo à povoação de SANT'ANA VELHA, consolidando este território para as causas futuras da República Farrapa (pág. 117 – Dicionário das batalhas brasileiras, Hernani Donato).

- 08 Out 1844:

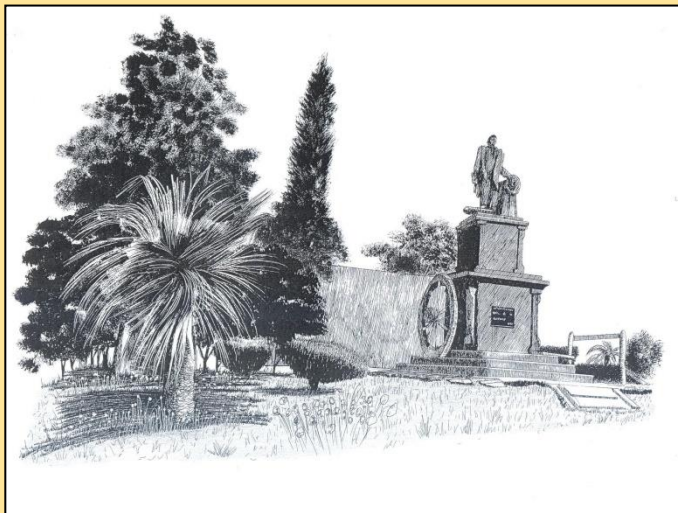
- O rebelde farrapo BERNARDINO PINTO, atravessa o rio Quarai e ataca a povoação de SANT'ANA VELHA com 200 homens, sendo repelidos pela guarnição local, ao Comando do Cap HIPÓLITO CARDOSO. Ao retroceder, os farroupilhas atravessam o rio novamente, sendo perseguidos, nos campos do Uruguai pelo Ten Cel ANTONIO FERNANDES DE LIMA com o 4º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional, derrotando-o a 25 Out no local denominado LAS CANHITAS (pg. 254 - A Revolução Farroupilha, de Tasso Fragoso).

- 15 Nov 1844:

- As forças farrapas da 1ª Divisão, comandadas por JACINTHO GUEDES DA LUZ, ao tentarem invadir Sant'Ana do Uruguai, sofrem grande derrota no combate próximo ao PASSO DO LEÃO, por tropas do Gen JOÃO PROPÍCIO MENNA BARRETO, à frente de 600 homens, vencendo-o até o seu acampamento nessa localidade (pg. 254 – A Revolução Farroupilha, de Tasso Fragoso).

E assim os farroupilhas passaram pela nossa história, começando a 20 de setembro de 1835, quando invadiram Porto Alegre, para encerrar suas lutas e anseio inglório na assinatura de paz em Ponche Verde, a 28 de fevereiro de 1845.

DOMINGOS JOSÉ DE ALMEIDA - PATRIARCA OU FUNDADOR DE URUGUAIANA?



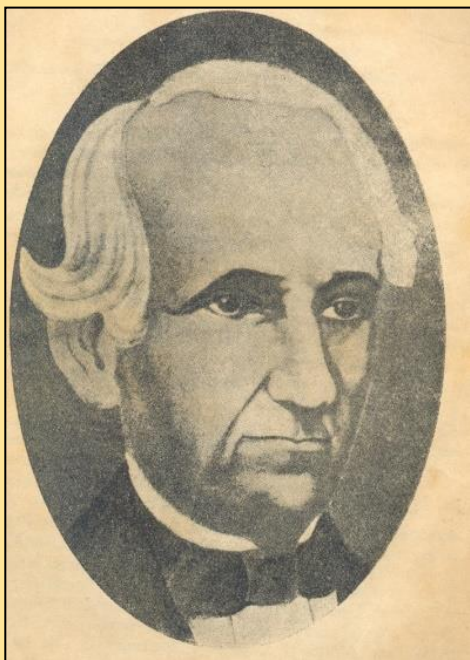
Quase sempre tenho me perguntado, quando leio algo a respeito de Domingos José de Almeida, por que uns dizem ser ele “Patriarca de Uruguaiana” e outros “O fundador de Uruguaiana”?

Sem depreciar essa grande figura da nossa história, no meu parco conhecimento histórico penso o seguinte:

1º - Conforme nosso dicionarista maior, Aurélio Buarque de Holanda, a palavra “patriarca”, quer dizer: “*Chefe de família, etc.*” – Uma antonomásia, que substitui o nome próprio por uma perífrase. Digamos que no sentido figurativo seja “o pai da família”. Pois bem, como ele poderia ser havendo um Chefe maior, um Comandante, um Presidente da Província (Republicana), que nesse caso, quando foi assinada o documento que criou nossa cidade, (Dec. Nº 21, de 24 Fev 1843), era o Cel Bento Gonçalves da Silva? E Domingos José de Almeida, era apenas seu Ministro do Interior e inteiramente da Fazenda?

2º - Para ser considerado o “Fundador de Uruguaiana”, essa denominação também vem de encontro com o item anterior, porque durante a manifestação do Presidente da República Riograndense, em querer oficializar a então Vila de “Capela do Uruguai”, como Comandante militar, o Cel Bento Gonçalves via nessa criação elemento tático de ajuda para a causa farroupilha, e Domingos de Almeida, que não era militar, mesmo depois de ter cessado o movimento farrapo, solicitou ao Presidente da Província, que desse o nome dessa localidade de “Uruguaiana”, em sua emancipação. (29 Mai 1846).

Salvo melhor entendimento, creio que “patriarca” nesse caso, caberia, como justa homenagem ao Cel. Bento Gonçalves da Silva e para a história, ficassem como “fundadores”, os primeiros nomes que ajudaram a construir nossa cidade, como Joaquim dos Santos Prado Lima, Teodolino Francisco de Oliveira Fagundes, Major José Maria Pereira de Campos, José Pinto Cezimbra, Domingos de Almeida e tantos outros.



Domingos José de Almeida nasceu em uma região paupérrima e seus pais, muito humildes, não puderam lhes dar uma boa instrução, aprendendo somente a ler e escrever muito pouco. Tinha, porém, muita prática e conhecimento comercial o que veio lhe ajudar muito no decorrer de sua vida.

Contam seus biógrafos que, de certa feita, quando um rico comerciante passava pelo seu vilarejo, conheceu o jovem Domingos José, empregado em uma casa, da qual ele era provedor e, sabendo de sua dedicação ao trabalho, lhe propôs emprego em sua casa no Rio de Janeiro. Assim trabalhou no Rio e, conseguindo juntar uma certa quantia, veio para o Rio Grande do Sul, tentar fortuna, no negócio de tropas de mulas que levavam para vender em São Paulo e Minas.

Visitando, então, a Vila de São Francisco de Paula, (primeiro nome da cidade de Pelotas), ali se estabeleceu, e constituiu família, associando-se a uma firma que negociava fazendas. Mais tarde, associou-se a João Pereira Paes, na exportação de charque e outros produtos.

Associou-se, também, a uma empresa de navegação, com Antônio José Gonçalves Chaves, homem rico e empreendedor, a José Vieira Viana e Bernardino Marques Camarim e mandou vir dos Estados Unidos uma máquina a vapor, que foi adaptada a uma barca. Deram-lhe o nome de “Liberal” e foi a primeira a navegar nos Rios da Província, tendo iniciado suas viagens

da esquerda querendo novamente implantar aquele terrível regime, só que agora estão mais espertos e aprenderam a lição.

No processo de um governo de esquerda que quer implantar uma ditadura, tem que se destruir suas Forças Armadas (FA), que são apoiadas pelo povo, para depois fazer com que as mesmas se voltem contra o povo, exatamente como fez Hugo Chaves na Venezuela e tantos outros ditadores.

No Brasil, o atual Presidente da República prometeu em julho de 2023 que ia priorizar os projetos do Presidente Anterior, elevando o orçamento das FA.

Um ano depois, pelo Decreto Presidencial 12.120, de 30 de julho, que dispõem sobre a programação orçamentária e financeira, ele cortou 675 milhões das mesmas. Em abril do mesmo ano já havia cortado 280 milhões.

Hoje as FA não possuem recursos para encerrar o ano. A Marinha, por exemplo, não tem condições de manter seus navios.

Quanto ao Exército, foi sugerida a venda de suas instalações físicas (quartéis) para poder fechar suas contas.

Estamos enfrentando um plano diabólico da esquerda radical de desestruturação de nossas FA. O bloqueio da Starlink do Brasil (internet banda larga de alta velocidade), por exemplo, dificulta o contato de maneira segura de nossas FA com áreas remotas (fronteiras) e no mar territorial, atrapalhando nossa estrutura de segurança nacional. Isso que a Starlink possui contrato de operação não só com o governo federal, mas também com as FA.

Assim, por tudo isso, é que não podemos ser ingênuos e permanecemos alienados com o que vem acontecendo, pois senão corremos o risco de reeditarmos 1964 sessenta anos depois. E agora, quem dará um basta nessa marcha da insensatez. Quem?

Observações: O termo FFAA é usado amplamente para se referir às Forças Armadas brasileiras. Embora o termo não exista na língua portuguesa, muitos, menos atentos, têm utilizado essa abreviatura. As Forças Armadas brasileiras somente reconhecem a sigla FA como abreviatura. Em nosso idioma, não se dobra as letras em abreviaturas e siglas, como é comum em outras línguas. Portanto, o termo FFAA não é correto, e sim FA como uma abreviatura válida.

Linha Maginot: de Erro Estratégico a Atração Turística

Israel Blajberg (*)

Corria a década de 20.

O Ministro da Guerra André Maginot sonhava com uma linha de fortificações se estendendo pelas fronteiras da França, como barreira intransponível diante dos eternos inimigos, especialmente o prussiano.

Por incrível, conseguiu vender sua ideia ao Estado-Maior francês, ainda que a própria França já tivesse ingressado na nova era da aviação militar e dos carros de combate, que tornariam inócua esta portentosa obra de engenharia militar.

Estendendo-se por mais de 700 km da Bélgica à Itália, nela foram enterrados bilhões de francos e as esperanças equivocadas de Maginot.

A Blitzkrieg se encarregou de, afinal, desfazer o mito das fortificações, herança de milênios de guerra de posição, transformando tais estruturas pelo mundo inteiro em monumentos históricos e atrações turísticas.

Foi assim com a Linha Maginot, que visitamos em uma tarde agradável de setembro, adentrando a fortificação de Hackenberg, um complexo de defesa com vários quilômetros de vias subterrâneas percorridas por composições formadas por pequenos vagões do estilo utilizado em minas, tracionadas por uma unidade de tração elétrica.

Os mini-comboios interligavam baterias blindadas, postos de observação, paióis de munição, enfermarias, postos de comando, ranchos, cozinhas, geradores de energia elétrica, tudo a grandes profundidades, podendo cada fortificação alojar centenas de homens.

Com o fracasso da concepção, e a entrada da França nuclear na OTAN, a Linha foi desativada.

Partes foram vendidas à iniciativa privada que, na região vinícola da Mosela, aproveitou as estruturas geladas para armazenar vinhos.

Com efeito, quando lá estivemos, as paredes internas estavam geladas, e a temperatura oscilava em torno de 10-12^o C, bem abaixo do clima externo.

As peças de artilharia da Linha eram bastante sofisticadas. Ficavam pouco visíveis no terreno, com o concreto das fortificações coberto pela grama, e abóbadas semiocultas, que podiam elevar-se para o tiro, sendo baixadas de volta em seguida.

Os comandos de tiro chegavam através de um mecanismo semelhante aos utilizados em navios para a comunicação entre a casa de máquinas e a ponte de comando.

As granadas eram conduzidas em caixas metálicas por trilhos suspensos, e a operação bastante automatizada. Hoje, restaram as caixas, armazenando vinhos em lugar de granadas.

O sisudo André Maginot jamais imaginou que um dia o destino da sua concepção, que não levou em conta a guerra do futuro, mas sim a do passado, viria a se tornar uma grade atração turística da região da Alsácia-Lorena, recebendo centenas de turistas que percorrem trechos a pé, confortavelmente acomodados nos comboios que outrora interligavam os diversos setores, sob a orientação de guias especializados pertencentes a ONGs civis que cumprem o dever de memória, recordando a luta da França diante das concepções nazistas de uma nova modalidade de guerra, introduzida por uma ideologia equivocada e que tanto sofrimento causou à Humanidade.

Com a invasão da França em 1940, as tropas aquarteladas na Linha (Maginot) acabaram se rendendo, caindo prisioneiros de guerra, até que, em 1944, os Aliados recuperaram a liberdade da França sofrida.

A região que visitamos foi um polo emissor de imigração para o Brasil, no tempo de Dom Pedro II, ficando famosos os comerciantes oriundos da Alsácia-Lorena estabelecidos na Rua do Ouvidor e adjacências, que ostentavam orgulhosamente em suas lojas a menção de Fornecedores da Casa Imperial do Brasil.

Até hoje seus descendentes participam ativamente da vida comercial e cultural do Brasil, seja nas artes, nas indústrias, no comércio, nomes famosos que, poucos sabem, trilhavam os caminhos gelados daquela região que oscilava entre o domínio francês e germânico, como atestam prédios daquela época como a Gare da Societe Nationale de Chemins de Fer - SNCF, projetada por um arquiteto alemão.

Em Metz Ville, em frente a essa estação, ficamos hospedados, de onde partimos no TGV - Train de Grande Vitesse, o trem-bala francês que atinge mais de 300km/h conforme as telas instaladas nos vagões.

Visitar a Linha foi uma valiosa lição de história, e um passeio por três países, França, Alemanha e Luxemburgo.

Tivemos a oportunidade de conhecer Schengen, a pequena vila onde foi assinado o Tratado do mesmo nome, que consolidou a Europa sem fronteiras de hoje.

Atravessamos o Rio Mosela, fronteira entre França e Alemanha, onde uma ponte une Nennig na Alemanha com Koenigsmacker na França.

Em Remich, Luxemburgo, visitamos o Cemitério Militar Americano, onde repousa eternamente o General George Smith Patton Jr., ainda que perturbado a todo momento pelos frequentes pousos e decolagens que se sucedem bem ao lado, no Aeroporto Internacional do Luxemburgo.

Dos nove mil americanos lá sepultados, um único mereceu a honra de figurar em retrato ao lado de Patton no Centro de Visitantes - o Soldado de Primeira Classe Meyer Heit, judeu austríaco que imigrou para os EUA e se alistou para combater o inimigo nazista. Nas Ardenas, lutou bravamente, mantendo a posição diante de tropas muito superiores, até tornar mortalmente ferido, mas antes salvando inúmeros companheiros, pelo que recebeu a Distinguished Service Cross da sua nova pátria, pelo qual fez o sacrifício supremo da própria vida.

Ao deixar o cemitério refletimos sobre a tragédia das guerras, deixando como herança o mar de cruzeiros brancos e estrelas de David.

(*) iblj@hotmail.com



Ao lado, Monumento a André Maginot, próximo a Verdun.

Fonte: IGHMB.

Editor: Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Presidente da AHIMTB/RS (lecaminha@gmail.com) Sites: www.ahimtb.org.br e www.acadhistoria.com.br Site do NEE/CMS: www.nee.cms.eb.mil.br Site do Núcleo Militar de Gramado: www.nuclev.com Blog da Delegacia da FAHIMTB/RS em Recife, PE – Delegacia Heróis de Guararapes: <http://historiapatriota.blogspot.com>